



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003220-18.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**  
 Requerente: **Novaes Engenharia e Construção Ltda**  
 Requerido: **Vivo S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Novaes Engenharia e Construção Ltda. propôs a presente ação contra a ré Vivo S/A, requerendo: a) a consignação dos produtos que lhe foram encaminhados, os quais não foram adquiridos; b) seja declarada a inexistência do débito e a rescisão do contrato; c) a condenação da ré no pagamento de indenização, a título de danos morais, no valor de R\$ 21.840,00.

A tutela antecipada e o pedido de depósito dos bens foram indeferidos às folhas 73.

Em manifestação de folhas 76 a autora reitera o pedido de liminar para exclusão ou não negativação de seu nome.

A tutela antecipada para abstenção do nome da autora junto aos órgãos de proteção ao crédito foi deferida às folhas 78.

Decisão de folhas 94 deferiu a expedição de ofícios ao SCPC e Serasa.

A ré, em contestação de folhas 116/125, requer a improcedência do pedido, alegando: a) inexistência de ato ilícito, uma vez que agiu no exercício regular de direito; b) culpa exclusiva de terceiro; c) inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor; d) inexistência de elementos de comprovem o dano moral; d) que o débito é devido e não há que se falar em declaração de inexistência de débito.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Réplica de folhas 165/170.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide porque impertinente a prova oral ou pericial, orientando-me pelos documentos carreados pelas partes.

De início, de rigor a inversão do ônus da prova, ante as disposições do Código de Defesa do Consumidor, ante a vulnerabilidade técnica do destinatário final do serviço.

**Nesse sentido:**

0023378-89.2011.8.26.0554 APELAÇÃO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E TUTELA ANTECIPADA – PACOTE EMPRESARIAL E LANÇAMENTO DE COBRANÇA PELA UTILIZAÇÃO ROAMING' INTERNACIONAL - **Relação de consumo, com destaque para a vulnerabilidade técnica do destinatário final do serviço (art. 29, CDC)** - Violação dos direitos do usuário dos serviços, caracterizando a responsabilidade da prestadora – Faturamento em valores exorbitantes, com impugnação genérica da empresa de telefonia, sem o condão de debelar o convencimento jurídico encampado na sentença - Inexigibilidade dos valores com o abatimento proporcional da quantia acoimada abusiva – Dano moral – Não caracterização - A pessoa Jurídica é passível de dano moral, não obstante, é necessária demonstração de afetação da honra objetiva, o que não se extrai dos autos – Sentença parcialmente reformada. Recurso parcialmente provido apenas para afastar a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais (Relator(a): Luis Fernando Nishi; Comarca: Santo André; Órgão julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 04/02/2016; Data de registro: 04/02/2016).

A autora alega que no dia 02/04/2015 recebeu em seu estabelecimento aparelhos de telefone celular que não havia solicitado e, para sua surpresa, constatou através de e-mail enviado pela própria ré de que terceiros utilizaram documentos falsos e contrataram o serviço junto à operadora Vivo, sendo criado um falso e-mail da empresa, RG do proprietário com fotografia falsificada e sem assinatura, dados incorretos, documentos da Receita Federal e Contrato Social todos falsos. Sustenta que o comportamento imprudente da ré causou danos morais ao cobrar dívida inexistente.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim, pretende seja declarada a inexistência do débito com a rescisão do contrato, com a exclusão de qualquer negativação, bem como a condenação da ré no pagamento de indenização por danos morais.

A cédula de identidade digitalizada às folhas 32 comprova que a fotografia é diferente daquela constante na cédula de identidade que, de fato, pertencente a Luciano Farias de Novaes, representante legal da autora (**confira folhas 24/25**). Também a cédula de identidade de folhas 32, novamente juntada às folhas 67 sequer contém a assinatura do titular (**confira folhas 32 e 67**).

Por tais documentos restou demonstrada a ocorrência de fraude perpetrada por terceiros.

A ré, por seu turno, não cuidou em instruir a contestação com qualquer documento que comprove a falha na prestação do serviço, a fim de impedir a prática de fraudes na contratação de seu serviço.

As faturas colacionadas às folhas 77 e 82 comprovam a emissão de cobrança em nome da autora sem jamais ter contratado o serviço cobrado pela ré.

As cartas de aviso de débito enviadas pelo SCPC e pela Serasa, comprovam que a ré requereu a inscrição do nome da autora nos cadastros de proteção ao crédito, corroborado pela pesquisa de folhas 102 e declaração de folhas 171.

Não há falar-se em comprovação do dano, tendo em vista que a inclusão indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito dão ensejo à reparação por danos morais. É o denominado *damnum in re ipsa*.

Mesmo porque a autora é uma empresa que atua no ramo da construção civil e não pode ter seu nome negativado, sob pena de sofrer prejuízos incalculáveis.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

E não há falar-se, outrossim, em fato de terceiro, tendo em vista que a ré deve adotar medidas tendentes a evitar a prática de fraudes e responde objetivamente pelos prejuízos que vier a causar. É o risco da atividade.

Assim sendo, de rigor a procedência do pedido, para o fim de declarar inexistente qualquer débito relacionado ao contrato tratado nestes autos, com a consequente rescisão contratual, bem como a condenação da ré no pagamento de indenização, a título de danos morais.

Considerando a condição econômica das partes, já que a ré é uma empresa mundialmente conhecida no ramo da telefonia, tendo em vista o caráter pedagógico da condenação, fixo o dano moral em R\$ 12.000,00 (doze mil reais), com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do ato ilícito, considerando-se, para tanto, a data da inclusão indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito.

Por fim, deverá a ré providenciar a retirada dos aparelhos telefônicos que foram encaminhados indevidamente à autora, no prazo de 30 dias.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de: a) declarar inexistente o débito discutido nestes autos, rescindindo o contrato que o motivou; b) condenar a ré no pagamento de indenização em favor da autora, a título de danos morais, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do ato ilícito, considerando-se, para tanto, a data da inclusão indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito; c) determinar que a ré proceda à retirada dos aparelhos enviados indevidamente à autora no prazo de 30 dias, através de funcionário devidamente identificado e autorizado, sob pena de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da condenação, ante a ausência de complexidade.

Oportunamente, arquivem-se os autos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

P.R.I.C.

São Carlos, 19 de fevereiro de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**